



**Ministério da Educação
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Pró-reitoria de Assuntos Financeiros
Departamento de Materiais e Serviços Auxiliares
Assessoria Técnica**

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADOS

Edital de Pregão Eletrônico Para Registro de Preços Nº 65/2018

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, mediante o Pregoeiro **Sandro Valerio Gonçalves Martins**, designado pela Portaria nº 1226/GR, de 28/09/2017, publicada no D.O.U no dia 29/09/2017, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, do tipo **menor preço por item**, para a **aquisição de Material de Arte Gráfica e Desenhos**, conforme as condições estabelecidas neste edital e seus anexos. O procedimento licitatório observará integralmente as disposições da Lei nº 10.520/2002, do **Decreto nº 3.555/2000**, do Decreto nº 5.450/2005, do Decreto nº 8.538/2015, do **Decreto nº 7.746/2012**, do Decreto 7.892/13, da Lei Complementar nº 123/2006, da **Lei 11.488/2007**, da **Lei nº 12.440/2011**, da **Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010**, da **Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2010**, da **Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 3/2013** e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993, **bem como a Lei 8.078/1990**, e as exigências estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Data da Sessão: 12/11/2018

Horário: 10:00h (horário de Brasília/DF)

**Endereço Eletrônico: Portal de Compras do Governo Federal –
www.comprasgovernamentais.gov.br**

I. DO OBJETO

- 1.1 O objeto da presente licitação é o registro de preços de **aquisição de Material de Arte Gráfica e Desenhos**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

II. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 2.1 O órgão gerenciador será a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

III. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

IV. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2 O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 4.3 O credenciamento far-se-á mediante a atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverá informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 4.4 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

V. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 5.1 A participação nesta licitação é restrita às Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Equiparados (sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006) cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de

Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

- 5.1.1 **Para os itens / lotes cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00, a participação neste Pregão será exclusiva para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados (enquadrados no art. 3º caput da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 1º caput do decreto 8538/2015) em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e o previsto no artigo 6º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.**
- 5.2 A participação nesta licitação é restrita às Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Equiparados (sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006) cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
- 5.3 Será concedido tratamento favorecido para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.4 Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:
- 5.4.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 5.4.2 Que estejam reunidas em consórcio;
- 5.5 Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.6 Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:
- 5.6.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 5.7 Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 5.7.1 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

- 5.7.2 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 5.7.3 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.7.4 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

VI. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
 - 6.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 6.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 6.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor (unitário) do item.
- 6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
 - 6.6.1 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão.

- 6.6.2 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.7 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.7.1 Intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.
- 6.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.11 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.12 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.13 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.15 Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 6.15.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

VII. DO ENVIO DA PROPOSTA NO SISTEMA

- 7.1 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 7.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 7.3 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 7.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.5 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 7.6 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 7.6.1 Valor unitário;
 - 7.6.2 A quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;
 - 7.6.3 Em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.
 - 7.6.4 Marca;
 - 7.6.5 Fabricante;
 - 7.6.6 Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazos de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 7.7 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
- 7.8 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 7.9 O prazo de validade das propostas será de 60 dias a contar da data de sua aceitação.
 - 7.9.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

- 7.10 Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa a desclassificação da proposta.
- 7.11 Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ – e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL -, que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta apresentada.

VIII. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 8.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 8.2 A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.
- 8.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Art. 13º, inciso IV, Decreto 5.450 / 2005).

IX. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 9.1 Aberta a sessão, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 9.1.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.1.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.2 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

X. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.1.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor (unitário) do item;

10.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.3 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.3.1 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

10.3.2 Os lances enviados em desacordo com o item 10.3.1 serão descartados automaticamente pelo sistema conforme consta na IN SLTI/MPOG nº 3/2013.

10.4 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

10.5 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.6 Os lances apresentados serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.7 **Ao formularem seus lances os fornecedores participantes deverão oferecer lances nos valores unitários para o item, observando-se que o VALOR UNITÁRIO não extrapole o número de DUAS CASAS DECIMAIS após a vírgula (casa dos centavos). Caso isto ocorra, o pregoeiro estará autorizado a adjudicar os itens fazendo-se ARREDONDAMENTOS A MENOR, de forma que o valor unitário (com no máximo duas casas decimais após a vírgula – casa dos centavos), resulte num valor, no máximo, igual ao valor do último lance ofertado.**

10.8 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.9 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

10.10 O pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível a realização de eventual diligência.

10.10.1 Realizada a diligência, o pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

10.11 Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

10.11.1 A apresentação de novas propostas nesta fase do certame não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

XI. DAS REGRAS GERAIS DE DESEMPATE

11.1 Se após a fase de lance, restarem duas ou mais propostas em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência:

11.1.1 Sucessivamente, aos bens:

11.1.1.1 Produzidos no País;

11.1.1.2 Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

11.1.1.3 Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

11.1.2 Ao licitante pessoa física, que tenha exercido o múnus público de jurado, na condição do art. 439 do Código de Processo Penal.

11.1.3 Na ausência das hipóteses de preferência acima enumeradas ou no caso de concurso entre as hipóteses previstas nos itens **11.1.1 e 11.1.2**, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

11.1.4 Não se aplica o sorteio disposto no item 11.1.3, quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados conforme a ordem de apresentação pelos licitantes.

XII. DA NEGOCIAÇÃO

12.1 Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

12.1.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

- 12.1.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

XIII. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 13.1 Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

13.1.1 O critério de julgamento será **menor preço por item**.

- 13.2 Será desclassificada a proposta final que:

13.2.1 Contenha vícios ou ilegalidades;

13.2.2 Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Edital ou Termo de Referência;

13.2.3 Apresentar preços finais superiores ao valor estimado preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

- 13.3 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

13.3.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando **a marca, modelo, tipo, fabricante, procedência, garantia ou validade**, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.3.1.1 A documentação mencionada no subitem acima, quando solicitada pelo pregoeiro, deverá ser apresentada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da solicitação, para conferência do produto com as especificações solicitadas no Termo de Referência.

13.3.1.2 Os documentos deverão ser enviados para o e-mail ***pregao_dmsa@ufrj.br***, em arquivo de extensão .pdf ou .jpg.

13.3.1.3 Os mesmos serão analisados pelo setor técnico responsável que emitirá laudo aprovando ou não o produto ofertado;

- 13.3.1.4 O documento solicitado deverá vir escrito em Português (Brasil) e deverá conter as características do material ofertado.
- 13.3.1.5 Serão rejeitados, mediante despacho fundamentado pelo setor responsável, os documentos que não atenderem às especificações descritas neste edital e em seus anexos.
- 13.3.1.6 Se o(s) documento(s) apresentado(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceitável(eis), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação do(s) documento (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 13.4 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 13.5 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da UFRRJ para orientar sua decisão. Caso o Órgão não possua, no seu quadro de pessoal, profissionais habilitados para emitir parecer técnico, poderá ser formulado por pessoa física ou jurídica qualificada.
- 13.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 13.7 No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 26, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).
- 13.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 13.9 Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

XIV. DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 14.1 Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto às especificações do produto e compatibilidade do preço, o pregoeiro verificará, como condição prévia ao

exame da documentação de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1 SICAF;

14.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

14.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

14.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

14.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de eventual matriz ou filial (cfr. Acórdão TCU nº 1.793/11) e de seu sócio majoritário (cfr. art. 12 da Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário).

14.3 Constatada a existência de vedação à participação no certame, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

14.4 Ainda como condição prévia à habilitação, para os itens ou grupos de participação exclusiva para ME/EPP ou equiparados, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), na seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar no exercício anterior ou corrente extrapola o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício.

14.4.1 Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

14.5 Não ocorrendo inabilitação de que tratam os itens anteriores, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação que não tiverem sido previamente encaminhados por meio do sistema eletrônico.

14.6 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 26, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

- 14.7 Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro procederá na forma prevista na Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”.
- 14.8 Quando todos os licitantes forem inabilitados, o pregoeiro poderá fixar-lhes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos, escoimados das causas referidas no ato de inabilitação.

XV. DA HABILITAÇÃO

- 15.1 O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
- 15.1.1 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o(s) licitante(s) esteja(m) com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 15.1.2 Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **24 (vinte e quatro)** horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 15.2 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e técnica, bem como documentação complementar.
- 15.3 **Documentos relativos à Habilitação Jurídica:**
- 15.3.1 Cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física;
- 15.3.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 15.3.3 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoeempreendedor.gov.br;

15.3.4 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

15.3.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

15.3.6 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

15.3.7 Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

15.3.8 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

15.3.9 Em caso de cooperativas

15.3.9.1 Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver;

15.3.9.2 Ata de Fundação;

15.3.9.3 Estatuto Social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.

15.3.10 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

15.4 **Documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

15.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

15.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014 e Portaria Conjunta RFB / PGFN Nº 3193, de 27/11/2017, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

15.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

15.4.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.4.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

15.4.6.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

15.4.7 Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da matriz e da filial;

15.4.8 As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 dias contados da data da abertura da sessão pública;

15.5 Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

15.5.1 Certidão negativa de falência, insolvência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede do licitante pessoa jurídica ou empresário individual;

15.5.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

15.5.2.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015)

15.5.3 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

15.5.4 A comprovação exigida no item anterior deverá ser feita da seguinte forma:

15.5.4.1 No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do Município da sede da empresa;

15.5.4.2 No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial e, no caso de sociedades simples (cooperativas), no cartório competente.

15.5.5 O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo não Circulante

AT= Ativo Total

15.5.6 A empresa que apresentar resultado igual ou menor do que 01 (um) em quaisquer dos índices acima referidos, deverá comprovar **patrimônio líquido de 10%** do valor estimado da contratação ou item pertinente.

15.6 Documentos relativos à qualificação técnica:

15.6.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

15.7 O Licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

15.8 **Documentação complementar:**

15.8.1 O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, **NÃO HAVENDO mais a necessidade do envio desses documentos por meio de fax, e-mail ou correios:**

15.8.1.1 Que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital;

15.8.1.2 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

15.8.1.3 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/09;

15.8.1.4 O enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, nos termos da Lei Complementar nº 123/06;

15.8.1.5 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores (art. 32, § 2º da Lei nº 8.666/93);

15.8.1.6 Que não faz utilização de trabalho degradante ou forçado;

15.8.1.7 A pessoa que assinar os documentos exigidos na documentação complementar prevista neste item deverá comprovar que detém poderes para agir em nome do licitante.

15.9 Ao licitante regularmente inscrito no SICAF será dispensada a apresentação dos documentos de habilitação referentes aos níveis de cadastro em que tenha obtido o registro regular.

15.10 Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

15.11 Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal, tributária e trabalhista emitidas pela internet, nos termos do art. 35 da Lei nº 10.522/02.

15.12 Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

- 15.12.1 Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;
- 15.12.2 Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;
- 15.12.3 Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 15.12.4 Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório ou por servidor qualificado da UFRRJ.
- 15.13 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, observado o disposto no item 15.9, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do fac-símile (21) 2682-1241 ou do e-mail ***pregao_dmsa@ufrj.br***. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de **3 (três) dias**, após solicitação do pregoeiro para o endereço BR 465, Km 07 – Seropédica / RJ, CEP: 23.897-000 - Seção de Pregão – sala 21 do Prédio Principal da UFRRJ.
- 15.14 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 15.15 As ME/EPP e seus equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº 123/06);
- 15.15.1 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 15.15.1.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação;
- 15.15.1.2 Constatada a existência de alguma restrição no que tange à comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de

eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1º, da LC nº 123/06);

15.15.1.3 A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos da Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”, ou revogar a licitação.

15.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

15.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

15.18 O pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, consultará os sistemas de registros de sanções SICAF, LISTA DE INIDÔNEOS DO TCU, CNJ E CEIS, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame.

15.19 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

15.20 Constatado o atendimento às exigências previstas neste Edital, o licitante será declarado habilitado.

XVI. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor for inabilitado, não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1 O licitante subsequente, sendo respeitada a ordem de classificação, será convocado tendo por base o próprio preço que ofereceu na sessão de lances para a negociação prevista na Seção “Da Negociação”.

16.2.2 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.3 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

XVII. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

17.1.1 Posteriormente ao envio por meio eletrônico, a proposta deverá ser entregue/enviada para a Seção de Pregão – sala 21 do Prédio Principal da UFRRJ, no endereço BR 465, Km 07 – Seropédica / RJ, CEP: 23.897-000, no PRAZO MÁXIMO DE 03 (três) dias úteis, após solicitação do pregoeiro via chat, telefone ou e-mail, **em envelope fechado com os seguintes dizeres: Seção de Pregão e nº do Pregão Eletrônico.**

17.2 A Proposta de Preços escrita contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado deverá ser formulada e enviada, contendo os seguintes dados:

17.2.1 **Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua aceitação;**

17.2.2 **A especificação clara, completa e minuciosa do material ofertado; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, conformidade com o Anexo I deste Edital.**

17.2.3 **Declaração de que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão;**

17.2.4 **Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, endereço eletrônico (e-mail), banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento, telefone e celular do licitante vencedor;**

17.2.5 **Marca, fabricante e demais referências que bem indiquem os itens cotados;**

17.2.6 **Valor unitário e total do item;**

17.2.7 **Procedência do material informando se é: nacional, importado adquirido no mercado interno ou importado adquirido no mercado externo;**

- 17.2.8 **Declaração de total conhecimento e concordância com os termos deste Pregão;**
- 17.2.9 **Descrição do objeto, marca, modelo e demais informações conforme cadastro realizado pelo licitante no sistema.**
- 17.3 **O não cumprimento das exigências do item 18.2 e seus subitens implicará na perda dos itens ganhos pelo licitante.**
- 17.4 A **proposta** deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 17.5 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado.
- 17.5.1 Caso os documentos sejam de procedência estrangeira deverão também ser devidamente consularizados.
- 17.6 A **proposta** final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 17.6.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 17.7 **Se o licitante declarado vencedor for desclassificado, o pregoeiro poderá proceder na forma prevista na Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”.**
- 17.7.1 **Os licitantes classificados em segundo e/ou subsequentes que forem convocados pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, terão o prazo de 24h para envio da proposta e documentos de habilitação no sistema comprasnet.** Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do fac-símile (21) 2682-1241 ou do e-mail ***pregao_dmsa@ufrj.br***.

XVIII. DOS RECURSOS

- 18.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 18.2 Durante o prazo para manifestação da intenção de recorrer, caso não seja possível a visualização no sistema dos documentos de habilitação apresentados pelo licitante

declarado vencedor do certame ou de qualquer outro documento dos autos, os licitantes interessados poderão solicitar ao Pregoeiro o envio através do email: ***pregao_dmsa@ufrj.br***.

18.3 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

18.3.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

18.3.2 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor;

18.3.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18.4 Manifestado o interesse de recorrer, o pregoeiro poderá:

18.4.1 Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

18.4.2 Motivadamente, reconsiderar a decisão;

18.4.3 Manter a decisão, encaminhando o recurso para autoridade julgadora.

18.5 Durante o prazo de apresentação do recurso, será garantido o acesso do licitante aos autos do processo licitatório ou a qualquer outra informação necessária à instrução do recurso.

18.5.1 Caso os autos do processo não estejam disponíveis para vista dos licitantes interessados, o prazo para recurso será suspenso.

18.6 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XIX. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1 Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

19.2 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

19.2.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

XX. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de até **05 (cinco)** dias úteis, contados da data da convocação, procederem à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

20.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

20.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

20.4 A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará o cancelamento dos itens ganhos e a aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório.

20.5 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

20.6 Desde que atendidos os pressupostos dos artigos 11 e 26 do Decreto nº 7.892/13, serão registrados em ata os preços e quantitativos dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante mais bem classificado; segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.

- 20.7 No momento da assinatura da Ata a Administração verificará se os licitantes mantêm as mesmas condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas durante toda a vigência da ata.
- 20.8 Constatada a irregularidade no SICAF, quando o licitante vencedor recusar-se a assinar o termo de contrato ou retirar o instrumento equivalente, ou em qualquer outra hipótese de cancelamento do registro prevista nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13, a UFRRJ poderá convocar o licitante subsequente na ordem de classificação para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente.
- 20.9 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 20.9.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

XXI. DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA

- 21.1 A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto nº 7.892/13, conforme previsto na Ata de Registro de Preços anexa ao Edital.
- 21.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da possibilidade de alterações dos contratos eventualmente firmados.

XXII. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 22.1 A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de **Nota de Empenho de Despesa**, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto nº 7.892/13.
- 22.2 Previamente à formalização de cada contratação, a UFRRJ realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, conforme **IN SLTI/MPOG nº 04, de 15/10/2013**.
- 22.3 **A adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Nota de Empenho de Despesa, conforme o caso,**

sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

22.3.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico para que seja assinado/retirado no prazo de 5(cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

22.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

22.5 Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

22.5.1 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

22.6 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

22.7 A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

22.8 Durante a vigência do contrato, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem durante sua vigência, de tudo dando ciência à Administração.

XXIII. DO PREÇO

23.1 Os preços são fixos e irredutíveis.

23.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do **caput** do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

23.3 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

23.4 As demais regras para alteração de preços são estabelecidas na Ata de Registro de Preços.

XXIV. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

24.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

XXV. DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA

25.1 As vedações à contratada estão estabelecidas no Termo de Referência.

XXVI. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

26.1 As Condições de Entrega do Objeto estão estabelecidas no Termo de Referência.

XXVII. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

27.1 As Condições para o Recebimento Provisório e Definitivo estão estabelecidas no Termo de Referência.

XXVIII. DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

28.1 O contratado é responsável pelos danos causado à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

28.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

XXIX. DA GARANTIA DO PRODUTO

29.1 As Condições “Da Garantia do Produto” estão estabelecidas no Termo de Referência.

XXX. DO PAGAMENTO

30.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias, pelo Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF**; contados do aceite definitivo do produto, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

- 30.1.1 Os pagamentos decorrentes de contratos cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 30.2 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 30.3 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.
- 30.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 30.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 30.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 30.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (estabelecido pela IN SLTI/MPOG nº 04, de 15/10/2013) o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.
- 30.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 30.9 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 30.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

- 30.11 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 30.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 30.13 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 30.14 É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.
- 30.15 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (\text{TX}) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

XXXI. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 31.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 31.1.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 31.2 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

- 31.3 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

XXXII. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 32.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 32.1.1 Não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;
 - 32.1.2 Apresentar documentação falsa;
 - 32.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 32.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 32.1.5 Não mantiver a proposta;
 - 32.1.6 Cometer fraude fiscal;
 - 32.1.7 Comportar-se de modo inidôneo;
 - 32.1.7.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 32.2 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 32.2.1 Multa de **até 30% (trinta por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
 - 32.2.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 32.3 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

- 32.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 32.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 32.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 32.7 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

XXXIII. DA RESCISÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 33.1 Os motivos para rescisão do contrato estão previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.
- 33.2 A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

XXXIV. DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE INFORMAÇÕES SOBRE O EDITAL

- 34.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.
- 34.1.1 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail ***pregao_dmsa@ufrj.br***, pelo Tel.-Fax: **(21)2682-1241**, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço **BR 465, Km 07 – Seropédica / RJ, CEP: 23.897-000 – Seção de Pregão – Sala 21 do Prédio Principal**.
- 34.2 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
- 34.2.1 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 34.3 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 34.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

- 34.5 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão autuados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

XXXV. A REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO

- 35.1 A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- 35.2 A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

XXXVI. DA ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO

- 36.1 A Administração, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular o procedimento quando eivado de vício insanável.
- 36.2 A anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 36.3 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- 36.4 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dependam ou sejam consequência do ato anulado.
- 36.5 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 36.6 A nulidade do contrato administrativo opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 36.6.1 A nulidade do contrato não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- 36.7 Nenhum ato será declarado nulo se do defeito não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

XXXVII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 37.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 37.2 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 37.3 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 37.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 37.5 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 37.6 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive fixando prazo para resposta dos licitantes quando lhes for solicitada qualquer informação ou documento, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da Sessão Pública.
- 37.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na UFRRJ.
- 37.8 Serão realizadas pesquisas periódicas de mercado, para comprovar a vantajosidade da referida ata de registro de preços, a cargo do gestor da mesma.
- 37.9 Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no comprasnet e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência - Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.
- 37.10 Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 37.11 As notas de empenho emitidas em favor da empresa fornecedora ganhadora do regular processo licitatório, serão encaminhadas, de acordo com a necessidade da Administração, por e-mail com link redimensionando ao www.portaldatransparencia.gov.br, e somente de forma subsidiária ou força maior, via fax, assim respeitando o princípio da eficiência e economicidade pública.

- 37.12 Se o licitante declarado vencedor recusar-se, injustificadamente, a assinar o Termo de Contrato ou retirar/aceitar a Nota de Empenho de Despesa, será convocado outro licitante, obedecida a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente para que seja obtido preço melhor. A recusa injustificada, poderá ensejar na aplicação das penalidades estabelecidas no edital, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis.
- 37.13 A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 37.14 Os licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso ao sítio **www.comprasgovernamentais.gov.br**, das eventuais republicações e/ou retificações de edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.
- 37.15 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 7.892/13, do Decreto nº 3.722/01, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.
- 37.16 Para fins de aplicação das sanções administrativas, o lance é considerado proposta.
- 37.17 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br**, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rod. BR 465 Km 07 – Seropédica / RJ, CEP: 23897-000, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 16:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

XXXVIII. DOS ANEXOS

- 38.1 Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:
- 38.1.1 ANEXO I - Termo de Referência;
 - 38.1.2 ANEXO II - Declaração de Composição de Preços;
 - 38.1.3 ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preço;
 - 38.1.4 ANEXO IV– Modelo de Declaração de Sustentabilidade;
 - 38.1.5 ANEXO V – Modelo de Declaração de Menores;
 - 38.1.6 ANEXO VI – Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos.

XXXIX. DO FORO

- 39.1 Nos termos do art. 109, Inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil, é competente o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro, para dirimir questões relativas ao presente Edital, não resolvidas na esfera administrativa.

Seropédica – RJ, de de 201....

Assinatura da autoridade competente



**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros
Departamento de Materiais e Serviços Auxiliares
(IZ, IV, Campus Três Rios)**

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 65/2018

PROCESSO Nº: 23083.033454/2017-46

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

I. DO OBJETO

- 1.1 O presente Pregão tem por objeto a aquisição de MATERIAL DE ARTE GRÁFICA E DESENHOS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

II. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1 Tal solicitação faz-se necessária para atender à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, durante o período de 12 (doze) meses, tendo em vista que os materiais serão utilizados em aulas práticas, atividades desenvolvidas do Projeto de Extensão intitulado Morcego na Praça: percepção popular e educação ambiental para a conservação da saúde, como também na confecção de materiais educativos e informativos para campanhas de campo a serem desenvolvidas com estudantes do Ensino Fundamental I, 1º ao 5º ano (cerca de 700 crianças de 06 a 10 anos).

III. DA ESPECIFICAÇÃO

- 3.1 Estimativa de consumo estabelecida neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	ALICATE DE PONTA FINA DE 5 POLEGADAS (127MM), ALICATE DE CORPO FORJADO, EM AÇO CROMO NÍQUEL PARA MAIOR DURABILIDADE E MELHOR SUPERFÍCIE DE CORTE.	Unidade	35	25,16	880,60
2.	AQUARELA A BASE DE ÁGUA JOGO DE 12 CORES.TUBOS DE 5ML. AQUARELA NÃO REQUER SOLVENTES, É DILUÍDA COM ÁGUA	Jogo	65	36,54	2.375,10
3.	BASE DE CORTE 34 X 24 CM.	Unidade	14	47,20	660,80
4.	BLOCO A2 COM 20 FOLHAS DE PAPEL BRANCO COM 200GR, UTILIZADO PARA TÉCNICAS DE DESENHO A LÁPIS, GRAFITE, LÁPIS CARVÃO, CARVÃO DE DESENHO, LÁPIS CRAYON, AQUARELA, PASTEL SECO, PASTEL OLEOSO, LÁPIS DE COR E OUTRAS TÉCNICAS.	Unidade	131	66,86	8.758,66
5.	BLOCO A4 COM 20 FOLHAS DE PAPEL BRANCO COM 200GR, UTILIZADO PARA TÉCNICAS DE DESENHO A LÁPIS, GRAFITE, LÁPIS CARVÃO, CARVÃO DE DESENHO, LÁPIS CRAYON, AQUARELA, PASTEL SECO, PASTEL OLEOSO, LÁPIS DE COR E OUTRAS TÉCNICAS.	Unidade	78	26,69	2.081,82
6.	BLOCO FLIP CHART, COR BRANCA, FORMATO 64 X 88, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SERRILHA, SEM PAUTA, GRAMATURA 75.	Pacote com 50 folhas	265	32,89	8.715,85
7.	BLOCO PAPEL VEGETAL LISO A3 60 G/M2 COM 10 FOLHAS, PAPEL TRANSLÚCIDO, PERFEITAMENTE LISO, PH NEUTRO, COLADO NA MASSA, UTILIZADO PARA DESENHOS COM LÁPIS, GRAFITE, PENA TUBULAR, NANQUIM, MARCADORES.	Unidade	13	42,13	547,69
8.	BLOCO DE PAPEL A3 PARA TÉCNICAS À BASE DE ÁGUA. TEXTURA FINA, 300G/M ² , 29,7X42CM C/12FL. 100% DE FIBRA DE MADEIRA.	Pacote	65	79,56	5.171,40

	BRANCURA NATURAL SEM ALVEJANTE ÓTICO, COM PH NEUTRO, OU SEJA, IGUAL A7 PARA EVITAR O AMARELAMENTO. COLADO NA MASSA, POR ISSO, NÃO ABSORVE A ÁGUA RAPIDAMENTE, POSSUI TRATAMENTO CONTRA FUNGOS E BACTÉRIAS. É GELATINADO NA MASSA, O QUE PERMITE CORREÇÕES (RASPAGENS). TEXTURA FINA, LEVEMENTE MARCADA.				
9.	BLOCO DE PAPEL A3 PARA TÉCNICAS À BASE DE ÁGUA.TEXTURA RUGOSA, TEXTURA COM GRÃOS MAIORES QUE A TEXTURA FINA, 270G, 297X420MM. COM12FL. 100% DE FIBRA DE MADEIRA. BRANCURA NATURAL SEM ALVEJANTE ÓTICO, COM PH NEUTRO, OU SEJA, IGUAL A7 PARA EVITAR O AMARELAMENTO. COLADO NA MASSA, POR ISSO, NÃO ABSORVE A ÁGUA RAPIDAMENTE, POSSUI TRATAMENTO CONTRA FUNGOS E BACTÉRIAS. É GELATINADO NA MASSA, O QUE PERMITE CORREÇÕES (RASPAGENS). POSSUI FILIGRANA (OU MARCA D'ÁGUA) PARA GARANTIR A AUTENTICIDADE DA OBRA DE ARTE. AO MERGULHAR O PAPEL NA ÁGUA PODERÁ ENRUGAR, RETORNANDO À SUA CONDIÇÃO ORIGINAL DEPOIS DE SECO.	Pacote	52	74,53	3.875,56
10.	CANETA HIDROGRÁFICA, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA FELTRO, ESPESSURA ESCRITA GROSSA, COR CARGA VARIADA	Unidade	26	6,18	160,68
11.	CANETA HIDROGRÁFICA, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA POLIÉSTER, ESPESSURA ESCRITA FINA, COR CARGA AZUL	Unidade	1138	7,47	8.500,86

12.	CANETA HIDROGRÁFICA, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA POLIÉSTER, ESPESSURA ESCRITA FINA, COR CARGA PRETA	Unidade	980	6,41	6.281,80
13.	CANETA HIDROGRÁFICA, MATERIAL PLÁSTICO, MATERIAL PONTA POLIÉSTER, ESPESSURA ESCRITA FINA, COR CARGA VERMELHA	Unidade	954	9,68	9.234,72
14.	CANETA NANQUIM UNI PIN 200 TÉCNICA PARA DESENHOS DE ENGENHARIA OU SIMILARES, FLUXO DE TINTA SUAVE, RESISTENTE À ÁGUA E À LUZ, BARRA PLÁSTICA, COM TAMPA COM JANELA PARA VISUALIZAÇÃO, COM PONTA DE POLIÉSTER NAS ESPESSURAS 0.01.	Unidade	65	16,16	1.050,40
15.	CANETA NANQUIM UNI PIN 200 TÉCNICA PARA DESENHOS DE ENGENHARIA OU SIMILARES, FLUXO DE TINTA SUAVE, RESISTENTE À ÁGUA E À LUZ, BARRA PLÁSTICA, COM TAMPA COM JANELA PARA VISUALIZAÇÃO, COM PONTA DE POLIÉSTER NAS ESPESSURAS 0.02.	Unidade	65	17,73	1.152,45
16.	CANETA NANQUIM UNI PIN 200 TÉCNICA PARA DESENHOS DE ENGENHARIA OU SIMILARES, FLUXO DE TINTA SUAVE, RESISTENTE À ÁGUA E À LUZ, BARRA PLÁSTICA, COM TAMPA COM JANELA PARA VISUALIZAÇÃO, COM PONTA DE POLIÉSTER NAS ESPESSURAS 0.08.	Unidade	65	14,95	971,75
17.	CANETA NANQUIM UNI PIN 200 TÉCNICA PARA DESENHOS DE ENGENHARIA OU SIMILARES, FLUXO DE TINTA SUAVE, RESISTENTE À ÁGUA E À LUZ, BARRA PLÁSTICA, COM TAMPA COM JANELA PARA VISUALIZAÇÃO, COM PONTA DE POLIÉSTER NAS ESPESSURAS 0.03.	Unidade	65	14,92	969,80
18.	CAVALETE DE ALUMÍNIO COM RODÍZIO, FLIP CHART LUXO, COMPOSTO DE UM QUADRO	Unidade	18	555,58	10.000,44

	BRANCO LUXO MEDINDO 100X70M, CONFECCIONADO COM LAMINADO MELAMÍNICO (FÓRMICA) BRANCO BRILHANTE.				
19.	COLA, APLICAÇÃO FIXAÇÃO DE CARTAZES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SUPER ADESIVO, TIPO SPRAY.	Unidade	142	70,71	10.040,82
20.	COMPASSO PARA DESENHO TÉCNICO, CABEÇA DE FRICÇÃO PARA AJUSTE PRECISO E SUAVE DO RAIOS, BRAÇO ARTICULÁVEL E COM BARRA ALONGADORA, APRESENTA AGULHA PERMETUÁVEL, CÍRCULO MÁXIMO DE APROXIMADAMENTE 360MM, CÍRCULO MÁXIMO COM ALONGADOR DE APROXIMADAMENTE 470MM, COMPRIMENTO 145MM, PEGA ERGONÔMICA, BRAÇOS AJUSTÁVEIS, ADAPTADOR UNIVERSAL	Unidade	65	172,64	11.221,60
21.	CORDA DE SISAL EM FIO 100% NATURAL, NOS DIÂMETROS DE 6 A 66MM DE ESPESSURA, 460M.	Rolo	10	306,87	3.068,70
22.	CURVA FRANCESA ACRÍLICA, RÉGUA EM ACRÍLICO CRISTAL PARA TRAÇAR DESENHOS EM VÁRIAS CURVAS, 2 MM DE ESPESSURA	Unidade	65	19,07	1.239,55
23.	ESQUADRO ACRÍLICO 25/26 SEM GRADUAÇÃO, COMPRIMENTO 32 CM, PACOTE COM 2 UNIDADES	Unidade	65	64,89	4.217,85
24.	ESQUADRO ACRÍLICO 25/26 SEM GRADUAÇÃO, COMPRIMENTO 50 CM, PACOTE COM 2 UNIDADES	Unidade	65	107,25	6.971,25
25.	ESQUADRO 25/26. MATERIAL ACRÍLICO CRISTAL. DIMENSÕES 28CMX2MM. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM GRADUAÇÃO. NÃO É INJETADO	Unidade	39	47,97	1.870,83
26.	ESTILETE DESENHO, MATERIAL CORPO AÇO, LARGURA LÂMINA 18 MM, TIPO LÂMINA RETRÁTIL, TIPO	Unidade	13	60,40	785,20

	FIXAÇÃO LÂMINA ENCAIXE DE PRESSÃO				
27.	ESTOJO AQUARELA EM TUBO 12 CORES, VARIAÇÃO: CADMIUM YELLOW PALE HUE, LEMON YELLOW HUE, CADMIUM RED DEEP HUE, ALIZARIM CRIMINSON HUE, EMERALD.	Estojo	70	32,71	2.289,70
28.	ESTOJO CONTENDO 12 LÁPIS, INDICADO PARA DESENHO E ESBOÇO. GRADUAÇÃO: 01 LÁPIS 6B, 4B, 3B, 2B, B, F, H, 2H, 3H, 4H E 02 LÁPIS HB.	Estojo	65	87,66	5.697,90
29.	ESTOJO METÁLICO COM SEIS GRAFITES. GRADUAÇÕES: HB, 2B, 4B, 6B, 8B E 7B.	Estojo	65	57,26	3.721,90
30.	ESTOPA, MATERIAL FIO ALGODÃO, APLICAÇÃO POLIMENTO E LIMPEZA ESPECIAL, COR BRANCA - PACOTE COM 1KG	Pacote com 1kg	1950	12,94	25.233,00
31.	FACA ESTILETE LARGA COM CORPO EM METAL PINTADO E REVESTIDO DE PLÁSTICO, REGULAGEM DA LÂMINA DESLIZANTE AO LONGO DO CORPO, QUEBRADOR DE LÂMINAS, FABRICADO EM TERMOPLÁSTICO, GUIA DA LÂMINA EM AÇO CARBONO, TRAVA E SUPORTE COM ROLDANA, COM LÂMINA DE 18 MM. CAIXA COM 12 UNIDADES.	Caixa com 12 unidades	8	30,72	245,76
32.	GABARITO ACRÍLICO CIRCULÓGRAFO MILÍMETROS D-2, EM MATERIAL ACRÍLICO 1MM, COM DESENHOS VAZADOS, 35 CÍRCULOS DE 1 A 35 MM, COM TODOS OS RAIOS PARA COLOCAÇÃO FÁCIL DO CENTRO, MEDIDAS DA CARTELA: 24 X 12,1 CM	Unidade	13	46,44	603,72
33.	GABARITO ELÍPSES 45º D-5, FABRICADO EM ACRÍLICO, NA ESPESSURA MÉDIA DE 1 MM, COM GRAVAÇÃO REBAIXADA (EM DEGRAU), GABARITO COM 19 ELÍPSES, DE 8 A 75 MM, COM DIVISÕES PARA MARCAÇÃO DE CENTRO, MEDIDA: 27,5X14,5 CM	Unidade	13	64,65	840,45
34.	GABARITO ELÍPSES D12 EM MILÍMETROS, CONTÉM 60	Unidade	13	70,89	921,57

	ELÍPSES, EM 4 GRAUS (60º - 45º - 35º16' - 25º), DESDE 8 ATÉ 40MM, DIMENSÕES (CM): 28 X 13,5				
35.	GIZ CERA, MATERIAL CERA PLÁSTICA COM CORANTE ATÓXICO, COR VARIADAS, TAMANHO GRANDE, ESPESSURA GROSSA	Caixa com 12 unidades	7	12,27	85,89
36.	GIZ CERA, MATERIAL CERA PLÁSTICA COM CORANTE ATÓXICO, COR VARIADAS, TAMANHO PEQUENO, ESPESSURA FINA - CAIXA 24,00 UM	Caixa com 12 unidades	221	14,42	3.186,82
37.	GIZ PASTEL SECO, MATERIAL PIGMENTO EM PÓ, APRESENTAÇÃO BASTÃO, TIPO BRILHANTE, 48 CORES, DIMENSÃO APROXIMADA DE CADA BARRA: 6CM X 1CM DE DIÂMETRO.	Unidade	65	256,49	16.671,85
38.	GUILHOTINA MANUAL PARA PAPEL PARA CORTAR ATÉ 10 FOLHAS, CONSTRUÍDA EM AÇO, TRATADA E PINTADA A PÓ (PINTURA ELETROSTÁTICA), TAMANHOS: 30, 36 OU 46CM.	Unidade	29	63,84	1.851,36
39.	LÁPIS DE COLORIR AQUARELÁVEL, COM 24 CORES, FORMATO SEXTAVADO, ATÓXICO, MEDINDO 170MM.	Caixa com 24 unidades	22	23,39	514,58
40.	LÁPIS DE COR, MATERIAL MADEIRA, COR DIVERSAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TAMANHO GRANDE - CAIXA 24,00 UM	Caixa com 24 unidades	247	38,83	9.591,01
41.	LÁPIS DE COR, MATERIAL MADEIRA, COR DIVERSAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TAMANHO GRANDE.	Caixa com 36 unidades	26	57,83	1.503,58
42.	LÁPIS GRAFITE PURO (INTEGRAL), CRAYON DE GRAFITE INTEGRAL SEXTAVADO, SEM PELÍCULA PROTETORA, PERMITE VÁRIOS TIPOS DE TRAÇO DEVIDO AO SEU FORMATO USANDO TODA A EXTENSÃO DO CORPO 9B	Caixa com 12 unidades	26	28,47	740,22
43.	LÁPIS PRETO, MATERIAL CORPO MADEIRA, DIÂMETRO	Caixa com 24 unidades	3	1,12	3,36

	CARGA 2 MM, DUREZA CARGA 2B, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM BORRACHA APAGADORA, MATERIAL CARGA GRAFITE				
44.	LUPA CONTA FIO PLÁSTICA, COM 25MM DE DIÂMETRO DALENTE, AUMENTO DE 5 VEZES E COM BASE COM MARCADOR EM MM E ARMAÇÕES EM PLÁSTICO RESISTENTE, LENTES DE ALTA QUALIDADE E SUPERFÍCIES PERFEITAS PROVIDENCIAM UMA LONGA VIDA ÚTIL E AS LENTES OFERECEM UMA REPRESENTAÇÃO SEM DISTORÇÃO ATÉ AS MARGENS	Unidade	43	67,46	2.900,78
45.	MASSA MODELAR, COMPOSIÇÃO BÁSICA SILICONE ELÁSTICA, APRESENTAÇÃO POTE, COR VARIADA	Pote 500g	7	21,17	148,19
46.	PAPEL CELOFANE, COMPRIMENTO 80, LARGURA 80, COR AMARELO, APLICAÇÃO MATERIAL DE EXPEDIENTE	Unidade	13	1,00	13,00
47.	PAPEL CELOFANE, COMPRIMENTO 80, LARGURA 80, COR AZUL, APLICAÇÃO MATERIAL DE EXPEDIENTE	Unidade	13	1,13	14,69
48.	PAPEL CELOFANE, COMPRIMENTO 80, LARGURA 80, COR LARANJA, APLICAÇÃO MATERIAL DE EXPEDIENTE	Unidade	13	1,08	14,04
49.	PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL BORRACHA EVA, COMPRIMENTO 60 CM, LARGURA 40 CM, ESPESSURA 2 CM, COR VERMELHO	Folha	696	1,57	1.092,72
50.	PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL BORRACHA EVA, COMPRIMENTO 60 CM, LARGURA 40 CM, ESPESSURA 2 CM, PADRÃO LISO, COR AMARELO, APLICAÇÃO CONFECCÃO DE PAINEIS	Folha	1307	1,45	1.895,15
51.	PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL BORRACHA EVA, COMPRIMENTO 60 CM, LARGURA 40 CM, ESPESSURA 2 CM, PADRÃO LISO, COR AZUL CLARO, APLICAÇÃO CONFECCÃO DE PAINEIS	Folha	1300	1,59	2.067,00

52.	PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL BORRACHA EVA, COMPRIMENTO 60 CM, LARGURA 40 CM, ESPESSURA 2 CM, PADRÃO LISO, COR AZUL, APLICAÇÃO CONFECCÃO DE PAINEIS	Folha	1001	1,35	1.351,35
53.	PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL BORRACHA EVA, COMPRIMENTO 60, LARGURA 40, ESPESSURA 2, PADRÃO LISO, COR LILÁS, APLICAÇÃO CONFECCÃO DE PAINEIS	Unidade	1632	1,76	2.872,32
54.	PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL BORRACHA EVA, COMPRIMENTO 60 CM, LARGURA 40 CM, ESPESSURA 2 CM, PADRÃO LISO, COR MARROM, APLICAÇÃO CONFECCÃO DE PAINEIS	Folha	1326	1,29	1.710,54
55.	PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL BORRACHA EVA, COMPRIMENTO 60 CM, LARGURA 40 CM, ESPESSURA 2 MM, PADRÃO LISO, COR PRETA	Folha	1307	1,20	1.568,40
56.	PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL BORRACHA EVA, COMPRIMENTO 60 CM, LARGURA 40 CM, ESPESSURA 2 MM, PADRÃO LISO, COR SALMÃO	Folha	787	1,86	1.463,82
57.	PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL BORRACHA EVA, COMPRIMENTO 60 CM, LARGURA 40 CM, ESPESSURA 2 CM, PADRÃO LISO, COR VERDE, APLICAÇÃO CONFECCÃO DE PAINEIS	Folha	787	1,65	1.298,55
58.	PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL BORRACHA EVA, COMPRIMENTO 80 CM, LARGURA 60 CM, ESPESSURA 2 MM, PADRÃO LISO, COR ROSA	Folha	397	1,67	662,99
59.	PAPEL MANTEIGA CROQUIS A3 COM PH NEUTRO, LIVRE DE ÁCIDO, INDICADO PARA ESBOÇO E DESENHO A LÁPIS, GRAMATURA DE 41G/M ² E 50 FOLHAS	Pacote com 50 folhas	65	21,75	1.413,75
60.	PAPEL MANTEIGA, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, GRAMATURA 40 G/M ² ,	Unidade	3250	1,59	5.167,50

	COMPRIMENTO 100 CM, LARGURA 70 CM, COR BRANCA				
61.	PAPEL SULFITE, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, COR AMARELA, GRAMATURA 75 G/M2, COMPRIMENTO 297 MM, APLICAÇÃO FOTOCÓPIA, LARGURA 210 MM	Pacote com 500 folhas	598	19,68	11.768,64
62.	PAPEL SULFITE, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, COR ROSA, GRAMATURA 75 G/M2, COMPRIMENTO 297 MM, APLICAÇÃO FOTOCÓPIA, LARGURA 210.	Pacote com 500 folhas	598	19,68	11.768,64
63.	PAPEL SULFITE, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, COR VERDE, GRAMATURA 75 G/M2, COMPRIMENTO 297 MM, APLICAÇÃO FOTOCÓPIA, LARGURA 210 MM	Pacote com 500 folhas	598	24,16	14.447,68
64.	PAPELÃO, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, COR MARROM, TIPO ONDULADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORRUGADO, MEDINDO 1,20x100M	Unidade	7	295,56	2.068,92
65.	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA FELTRO, TIPO CARGA DESCARTÁVEL, COR TINTA AZUL	Unidade	46	3,74	172,04
66.	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA FELTRO, TIPO CARGA DESCARTÁVEL, COR TINTA PRETA	Unidade	46	4,89	224,94
67.	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA FELTRO, TIPO CARGA DESCARTÁVEL, COR TINTA VERMELHA	Unidade	46	4,17	191,82
68.	PINCEL CERDA CHATO Nº 10, CERDA BRANCA, VIROLO DE ALUMÍNIO, CABO LONGO DE MADEIRA AMARELO, PONTA CHATA	Unidade	39	4,10	159,90
69.	PINCEL CHATO APLICAÇÃO NA PINTURA DE TECIDO, TELA, CERÂMICA, AQUARELA, ACRÍLICA COM CERDAS BRANCAS IMPORTADAS E CABO LONGO DE MADEIRA AMARELO E VIROLO DE ALUMÍNIO COM O FORMATO CHATO, TAMANHO Nº 20	Unidade	46	8,74	402,04

70.	PINCEL CHATO APLICAÇÃO NA PINTURA DE TECIDO, TELA, CERÂMICA, AQUARELA, ACRÍLICA COM CERDAS BRANCAS IMPORTADAS E CABO LONGO DE MADEIRA AMARELO E VIROLO DE ALUMÍNIO COM O FORMATO CHATO, TAMANHO Nº 22	Unidade	46	7,45	342,70
71.	PINCEL CHATO APLICAÇÃO NA PINTURA DE TECIDO, TELA, CERÂMICA, AQUARELA, ACRÍLICA COM CERDAS BRANCAS IMPORTADAS E CABO LONGO DE MADEIRA AMARELO E VIROLO DE ALUMÍNIO COM O FORMATO CHATO, TAMANHO: Nº 18	Unidade	46	6,14	282,44
72.	PINCEL CHATO APLICAÇÃO NA PINTURA DE TECIDO, TELA, CERÂMICA, AQUARELA, ACRÍLICA DE PELO SINTÉTICO DOURADO COM CABO LONGO DE MADEIRA NA COR BRANCA E VIROLO DE ALUMÍNIO COM O FORMATO CHATO, TAMANHO Nº 14	Unidade	13	6,77	88,01
73.	PINCEL REDONDO CURTO 145, TAMANHO 0, CABO CURTO, COR CASTANHO ESCURO, COMPOSIÇÃO MARTA TROPICAL, COR GRIS, FILAMENTO MARTA TROPICAL, FORMATO REDONDO, IDEAL PARA MANCHAS, INDICADO PARA TINTA À BASE DE ÁGUA, TÉCNICA AQUARELA, GUACHE, VIROLO DE ALUMÍNIO	Unidade	39	6,07	236,73
74.	PINCEL REDONDO CURTO 145, TAMANHO 10, CABO CURTO, COR CASTANHO ESCURO, COMPOSIÇÃO MARTA TROPICAL, COR GRIS, FILAMENTO MARTA TROPICAL, FORMATO REDONDO, IDEAL PARA MANCHAS, INDICADO PARA TINTA À BASE DE ÁGUA, TÉCNICA AQUARELA, GUACHE, VIROLO DE ALUMÍNIO	Unidade	39	13,14	512,46
75.	PINCEL REDONDO CURTO 145, TAMANHO 12, CABO	Unidade	78	15,37	1.198,86

	CURTO, COR CASTANHO ESCURO, COMPOSIÇÃO MARTA TROPICAL, COR GRIS, FILAMENTO MARTA TROPICAL, FORMATO REDONDO, IDEAL PARA MANCHAS, INDICADO PARA TINTA À BASE DE ÁGUA, TÉCNICA AQUARELA, GUACHE, VIROLO DE ALUMÍNIO				
76.	PINCEL REDONDO CURTO 145, TAMANHO 2, CABO CURTO, COR CASTANHO ESCURO, COMPOSIÇÃO MARTA TROPICAL, COR GRIS, FILAMENTO MARTA TROPICAL, FORMATO REDONDO, IDEAL PARA MANCHAS, INDICADO PARA TINTA À BASE DE ÁGUA, TÉCNICA AQUARELA, GUACHE, VIROLO DE ALUMÍNIO	Unidade	65	8,36	543,40
77.	PINCEL REDONDO CURTO 145, TAMANHO 20, CABO CURTO, COR CASTANHO ESCURO, COMPOSIÇÃO MARTA TROPICAL, COR GRIS, FILAMENTO MARTA TROPICAL, FORMATO REDONDO, IDEAL PARA MANCHAS, INDICADO PARA TINTA À BASE DE ÁGUA, TÉCNICA AQUARELA, GUACHE, VIROLO DE ALUMÍNIO	Unidade	20	22,50	450,00
78.	PINCEL REDONDO CURTO 145, TAMANHO 30, CABO CURTO, COR CASTANHO ESCURO, COMPOSIÇÃO MARTA TROPICAL, COR GRIS, FILAMENTO MARTA TROPICAL, FORMATO REDONDO, IDEAL PARA MANCHAS, INDICADO PARA TINTA À BASE DE ÁGUA, TÉCNICA AQUARELA, GUACHE, VIROLO DE ALUMÍNIO	Unidade	20	36,00	720,00
79.	PINCEL REDONDO CURTO 145, TAMANHO 4, CABO CURTO, COR CASTANHO ESCURO, COMPOSIÇÃO MARTA TROPICAL, COR GRIS,	Unidade	39	7,98	311,22

	FILAMENTO MARTA TROPICAL, FORMATO REDONDO, IDEAL PARA MANCHAS, INDICADO PARA TINTA À BASE DE ÁGUA, TÉCNICA AQUARELA, GUACHE, VIROLO DE ALUMÍNIO				
80.	PINCEL REDONDO CURTO 145, TAMANHO 6, CABO CURTO, COR CASTANHO ESCURO, COMPOSIÇÃO MARTA TROPICAL, COR GRIS, FILAMENTO MARTA TROPICAL, FORMATO REDONDO, IDEAL PARA MANCHAS, INDICADO PARA TINTA À BASE DE ÁGUA, TÉCNICA AQUARELA, GUACHE, VIROLO DE ALUMÍNIO	Unidade	39	8,59	335,01
81.	PINCEL REDONDO CURTO 145, TAMANHO 8, CABO CURTO, COR CASTANHO ESCURO, COMPOSIÇÃO MARTA TROPICAL, COR GRIS, FILAMENTO MARTA TROPICAL, FORMATO REDONDO, IDEAL PARA MANCHAS, INDICADO PARA TINTA À BASE DE ÁGUA, TÉCNICA AQUARELA, GUACHE, VIROLO DE ALUMÍNIO	Unidade	78	8,33	649,74
82.	PINCEL REDONDO, MARTA TROPICAL, CABO CURTO, APLICAÇÃO NA PINTURA DE AQUARELA, GUACHE E TÉCNICAS AGUADAS, TAMANHO Nº 0	Unidade	33	10,30	339,90
83.	PINCEL REDONDO, MARTA TROPICAL, CABO CURTO, APLICAÇÃO NA PINTURA DE AQUARELA, GUACHE E TÉCNICAS AGUADAS, TAMANHO Nº 4	Unidade	26	9,83	255,58
84.	PINTURA A DEDO 30ML COM 6 CORES SORTIDAS	Caixa	20	10,16	203,20
85.	PRANCHETA PARA CAVALETE EM AGLOMERADO DE 18MM, TAMANHO 100 X 80 CM, MODELO ECONÔMICO, BORDAS REVESTIDAS EM PVC	Unidade	13	218,00	2.834,00
86.	PRANCHETA PORTÁTIL, MATERIAL POLIESTIRENO,	Unidade	5	8,60	43,00

	COMPRIMENTO 360 MM, LARGURA 240 MM, ESPESSURA 3 MM, COR AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PRENDEDOR PLÁSTICO, BORDAS ARREDONDADAS E LATERAIS				
87.	PRANCHETA PORTÁTIL MADEIRA PARA A2 C/ TAMPO DE 50X65CM. MEDIDAS INTERNAS: 50X40X4CMS. ESTOJO DE MADEIRA, COM ESPAÇO PARA GUARDAR PAPÉIS E ACESSÓRIOS PARA DESENHO. TAMPO/PRANCHETA PERMITE REGULAGEM DA INCLINAÇÃO E JÁ VEM EQUIPADO COM RÉGUA PARALELA	Unidade	13	379,24	4.930,12
88.	RÉGUA ESCALÍMETRO TRIANGULAR DE 30CM CONTENDO 6 ESCALAS. ESCALA DE PRECISÃO, CORPO DE PLÁSTICO RESISTENTE	Unidade	26	14,55	378,30
89.	TINTA AQUARELA EM PASTILHA, ESTOJO COM 12 CORES VARIADAS	Estojo	70	25,51	1.785,70
90.	TINTA AQUARELA LÍQUIDA (CONJUNTO), VARIAÇÃO: AMARELO, CYAN, MAGENTA, AZUL ROYAL, ESCARLATE E PRETO	Conjunto	26	62,30	1.619,80
91.	TINTA FACIAL COLOR MAKE COM 10 CORES DE 4G	Caixa	13	27,40	356,20
92.	TINTA GUACHE 16ML BURNT SIENA NÃO TÓXICO, INDICADO PARA PINTURA A PINCEL EM PAPEL, CARTÃO E CARTOLINA, COMPOSIÇÃO: RESINA VEGETAL, PIGMENTOS ORGÂNICOS, CARGA MINERAL E CONSERVANTE TIPO ISOTIAZOLONA	Frasco	42	20,15	846,30
93.	TINTA GUACHE 16ML COBALTE BLUE NÃO TÓXICO, INDICADO PARA PINTURA A PINCEL EM PAPEL, CARTÃO E CARTOLINA, COMPOSIÇÃO: RESINA VEGETAL, PIGMENTOS ORGÂNICOS, CARGA MINERAL E CONSERVANTE TIPO ISOTIAZOLONA	Frasco	61	23,18	1.413,98

94.	TINTA GUACHE 16ML DEEP GREEN NÃO TÓXICO, INDICADO PARA PINTURA A PINCEL EM PAPEL, CARTÃO E CARTOLINA, COMPOSIÇÃO: RESINA VEGETAL, PIGMENTOS ORGÂNICOS, CARGA MINERAL E CONSERVANTE TIPO ISOTIAZOLONA	Frasco	82	21,30	1.746,60
95.	TINTA GUACHE 16ML LIGHT GREEN NÃO TÓXICO, INDICADO PARA PINTURA A PINCEL EM PAPEL, CARTÃO E CARTOLINA, COMPOSIÇÃO: RESINA VEGETAL, PIGMENTOS ORGÂNICOS, CARGA MINERAL E CONSERVANTE TIPO ISOTIAZOLONA	Frasco	42	22,16	930,72
96.	TINTA GUACHE 250ML MAGENTA NÃO TÓXICO, INDICADO PARA PINTURA A PINCEL EM PAPEL, CARTÃO E CARTOLINA, COMPOSIÇÃO: RESINA VEGETAL, PIGMENTOS ORGÂNICOS, CARGA MINERAL E CONSERVANTE TIPO ISOTIAZOLONA	Frasco	3	9,35	28,05
97.	TINTA GUACHE 250ML PRETO NÃO TÓXICO, INDICADO PARA PINTURA A PINCEL EM PAPEL, CARTÃO E CARTOLINA, COMPOSIÇÃO: RESINA VEGETAL, PIGMENTOS ORGÂNICOS, CARGA MINERAL E CONSERVANTE TIPO ISOTIAZOLONA	Frasco	6	7,98	47,88
98.	TINTA GUACHE 16ML PRUSSIAN BLUE NÃO TÓXICO, INDICADO PARA PINTURA A PINCEL EM PAPEL, CARTÃO E CARTOLINA, COMPOSIÇÃO: RESINA VEGETAL, PIGMENTOS ORGÂNICOS, CARGA MINERAL E CONSERVANTE TIPO ISOTIAZOLONA	Frasco	42	22,83	958,86
99.	TINTA GUACHE 16ML AMARELO NÃO TÓXICO, INDICADO PARA PINTURA A PINCEL EM PAPEL, CARTÃO E CARTOLINA, COMPOSIÇÃO:	Frasco	82	17,32	1.420,24

	RESINA VEGETAL, PIGMENTOS ORGÂNICOS, CARGA MINERAL E CONSERVANTE TIPO ISOTIAZOLONA				
100.	TINTA GUACHE 16ML CERULEAN BLUE NÃO TÓXICO, INDICADO PARA PINTURA A PINCEL EM PAPEL, CARTÃO E CARTOLINA, COMPOSIÇÃO: RESINA VEGETAL, PIGMENTOS ORGÂNICOS, CARGA MINERAL E CONSERVANTE TIPO ISOTIAZOLONA	Frasco	42	24,84	1.043,28
101.	TINTA GUACHE 16ML RAW SIENNA NÃO TÓXICO, INDICADO PARA PINTURA A PINCEL EM PAPEL, CARTÃO E CARTOLINA, COMPOSIÇÃO: RESINA VEGETAL, PIGMENTOS ORGÂNICOS, CARGA MINERAL E CONSERVANTE TIPO ISOTIAZOLONA	Frasco	42	23,92	1.004,64
102.	TINTA GUACHE 16ML SEPIA NÃO TÓXICO, INDICADO PARA PINTURA A PINCEL EM PAPEL, CARTÃO E CARTOLINA, COMPOSIÇÃO: RESINA VEGETAL, PIGMENTOS ORGÂNICOS, CARGA MINERAL E CONSERVANTE TIPO ISOTIAZOLONA	Frasco	42	23,38	981,96
103.	TINTA GUACHE 16ML ULTRAMARINE LIGHT NÃO TÓXICO, INDICADO PARA PINTURA A PINCEL EM PAPEL, CARTÃO E CARTOLINA, COMPOSIÇÃO: RESINA VEGETAL, PIGMENTOS ORGÂNICOS, CARGA MINERAL E CONSERVANTE TIPO ISOTIAZOLONA	Frasco	42	22,29	936,18
104.	TINTA GUACHE 16ML VERMELHO NÃO TÓXICO, INDICADO PARA PINTURA A PINCEL EM PAPEL, CARTÃO E CARTOLINA, COMPOSIÇÃO: RESINA VEGETAL, PIGMENTOS ORGÂNICOS, CARGA MINERAL E CONSERVANTE TIPO ISOTIAZOLONA	Frasco	42	24,55	1.031,10

105.	TINTA GUACHE 16ML YELLOW OCHRE NÃO TÓXICO, INDICADO PARA PINTURA A PINCEL EM PAPEL, CARTÃO E CARTOLINA, COMPOSIÇÃO: RESINA VEGETAL, PIGMENTOS ORGÂNICOS, CARGA MINERAL E CONSERVANTE TIPO ISOTIAZOLONA	Frasco	42	22,72	954,24
106.	TINTA GUACHE AZUL CELESTE FRASCO PLÁSTICO COM 250 ML, NÃO TÓXICO, INDICADO PARA PINTURA A PINCEL EM PAPEL, CARTÃO E CARTOLINA, COMPOSIÇÃO: RESINA VEGETAL, PIGMENTOS ORGÂNICOS, CARGA MINERAL E CONSERVANTE TIPO ISOTIAZOLONA	Frasco	13	8,73	113,49
107.	TINTA GUACHE MARROM FRASCO PLÁSTICO COM 250 ML, NÃO TÓXICO, INDICADO PARA PINTURA A PINCEL EM PAPEL, CARTÃO E CARTOLINA, COMPOSIÇÃO: RESINA VEGETAL, PIGMENTOS ORGÂNICOS, CARGA MINERAL E CONSERVANTE TIPO ISOTIAZOLONA	Frasco	13	9,17	119,21
108.	TINTA GUACHE VERDE FRASCO PLÁSTICO COM 250 ML, NÃO TÓXICO, INDICADO PARA PINTURA A PINCEL EM PAPEL, CARTÃO E CARTOLINA, COMPOSIÇÃO: RESINA VEGETAL, PIGMENTOS ORGÂNICOS, CARGA MINERAL E CONSERVANTE TIPO ISOTIAZOLONA	Frasco	13	7,84	101,92
109.	TINTA GUACHE VERMELHO CARMIN FRASCO PLÁSTICO COM 250 ML, NÃO TÓXICO, INDICADO PARA PINTURA A PINCEL EM PAPEL, CARTÃO E CARTOLINA, COMPOSIÇÃO: RESINA VEGETAL, PIGMENTOS ORGÂNICOS, CARGA MINERAL E CONSERVANTE TIPO ISOTIAZOLONA	Frasco	13	15,91	206,83

110.	TINTA GUACHE VERMELHO FOGO FRASCO PLÁSTICO COM 250 ML, NÃO TÓXICO, INDICADO PARA PINTURA A PINCEL EM PAPEL, CARTÃO E CARTOLINA, COMPOSIÇÃO: RESINA VEGETAL, PIGMENTOS ORGÂNICOS, CARGA MINERAL E CONSERVANTE TIPO ISOTIAZOLONA	Frasco	13	7,98	103,74
111.	TINTA NANQUIM, FRASCO COM 14 ML, COR OURO	Frasco	26	4,03	104,78
112.	TINTA NANQUIM, FRASCO COM 14 ML, COR PRATA	Frasco	26	6,51	169,26
113.	TINTA ÓLEO, COR AMARELO CROMO MÉDIO PARA PINTURAS ARTÍSTICAS E ARTESANAIS, CORES MISCÍVEIS ENTRE SI, SOLÚVEL EM TEREBINTINA E AGUARRÁS, PODENDO ACELERAR A SECAGEM COM SECANTE DE COBALTO, IDEAL NA PINTURA DE TELAS, EUCATEX, MASSA DE BISQUI, CERÂMICA. FRASCO COM 20 ML	Frasco	20	6,90	138,00
114.	TINTA ÓLEO, COR AMARELO OCRE PARA PINTURAS ARTÍSTICAS E ARTESANAIS, CORES MISCÍVEIS ENTRE SI, SOLÚVEL EM TEREBINTINA E AGUARRÁS, PODENDO ACELERAR A SECAGEM COM SECANTE DE COBALTO, IDEAL NA PINTURA DE TELAS, EUCATEX, MASSA DE BISQUI, CERÂMICA. FRASCO COM 20 ML	Frasco	20	5,67	113,40
115.	TINTA ÓLEO, COR AZUL CERÚLIO PARA PINTURAS ARTÍSTICAS E ARTESANAIS, CORES MISCÍVEIS ENTRE SI, SOLÚVEL EM TEREBINTINA E AGUARRÁS, PODENDO ACELERAR A SECAGEM COM SECANTE DE COBALTO, IDEAL NA PINTURA DE TELAS, EUCATEX, MASSA DE BISQUI, CERÂMICA. FRASCO COM 20 ML	Frasco	20	6,75	135,00
116.	TINTA ÓLEO, COR AZUL COBALTO PARA PINTURAS ARTÍSTICAS E ARTESANAIS,	Frasco	20	8,53	170,60

	CORES MISCÍVEIS ENTRE SI, SOLÚVEL EM TERE BINTINA E AGUARRÁS, PODENDO ACELERAR A SECAGEM COM SECANTE DE COBALTO, IDEAL NA PINTURA DE TELAS, EUCATEX, MASSA DE BISQUI, CERÂMICA. FRASCO COM 20 ML				
117.	TINTA ÓLEO, COR AZUL ULTRAMAR PARA PINTURAS ARTÍSTICAS E ARTESANAIS, CORES MISCÍVEIS ENTRE SI, SOLÚVEL EM TERE BINTINA E AGUARRÁS, PODENDO ACELERAR A SECAGEM COM SECANTE DE COBALTO, IDEAL NA PINTURA DE TELAS, EUCATEX, MASSA DE BISQUI, CERÂMICA. FRASCO COM 20 ML	Frasco	20	9,07	181,40
118.	TINTA ÓLEO, COR BRANCA TITANEO, DE ÓTIMA CONSISTÊNCIA PARA PINTURA A PINCEL E ESPÁTULA, CORES MISCÍVEIS ENTRE SI, SOLÚVEL EM AGUARRÁS E TERE BINTINA, PARA ACELERAR A SECAGEM USE SECANTE, EM POUCA QUANTIDADE, USADA EM TÉCNICAS DE PINTURA EM TELA, ARTESANATO E MASSA DE BISQUÍ. FRASCO COM 20 ML	Frasco	13	8,81	114,53
119.	TINTA ÓLEO, COR CARMIM, PARA PINTURAS ARTÍSTICAS E ARTESANAIS, CORES MISCÍVEIS ENTRE SI, SOLÚVEL EM TERE BINTINA E AGUARRÁS, PODENDO ACELERAR A SECAGEM COM SECANTE DE COBALTO, IDEAL NA PINTURA DE TELAS, EUCATEX, MASSA DE BISQUI, CERÂMICA. FRASCO COM 20 ML	Frasco	13	10,03	130,39
120.	TINTA ÓLEO, COR TERRA DE SENA QUEIMADA, PARA PINTURAS ARTÍSTICAS E ARTESANAIS, CORES MISCÍVEIS ENTRE SI, SOLÚVEL EM TERE BINTINA E AGUARRÁS, PODENDO ACELERAR A SECAGEM COM	Frasco	20	9,00	180,00

	SECANTE DE COBALTO, IDEAL NA PINTURA DE TELAS, EUCATEX, MASSA DE BISQUI, CERÂMICA. FRASCO COM 20 ML				
121.	TINTA ÓLEO, COR VERDE ESMERALDA, PARA PINTURAS ARTÍSTICAS E ARTESANAIS, CORES MISCÍVEIS ENTRE SI, SOLÚVEL EM TEREBINTINA E AGUARRÁS, PODENDO ACELERAR A SECAGEM COM SECANTE DE COBALTO, IDEAL NA PINTURA DE TELAS, EUCATEX, MASSA DE BISQUI, CERÂMICA. FRASCO COM 20 ML	Frasco	20	10,25	205,00
122.	TINTA ÓLEO, COR VERDE MÉDIO, PARA PINTURAS ARTÍSTICAS E ARTESANAIS, CORES MISCÍVEIS ENTRE SI, SOLÚVEL EM TEREBINTINA E AGUARRÁS, PODENDO ACELERAR A SECAGEM COM SECANTE DE COBALTO, IDEAL NA PINTURA DE TELAS, EUCATEX, MASSA DE BISQUI, CERÂMICA. FRASCO COM 20 ML	Frasco	20	10,72	214,40
123.	TINTA ÓLEO, COR VERMELHO DA CHINA, PARA PINTURAS ARTÍSTICAS E ARTESANAIS, CORES MISCÍVEIS ENTRE SI, SOLÚVEL EM TEREBINTINA E AGUARRÁS, PODENDO ACELERAR A SECAGEM COM SECANTE DE COBALTO, IDEAL NA PINTURA DE TELAS, EUCATEX, MASSA DE BISQUI, CERÂMICA. FRASCO COM 20 ML	Frasco	20	9,88	197,60
124.	TINTA PARA TECIDO 15 ML, COM 6 CORES SORTIDAS	Caixa	3	10,40	31,20
125.	TNT AMARELO 1,40 X 50 M	Rolo	4	86,19	344,76
126.	TNT AZUL 1,40 X 50 M	Rolo	4	94,57	378,28

IV. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 4.1 Os objetos da presente aquisição podem ser objetivamente especificados por meio de padrões usuais no mercado. Desta forma, entendemos que os objetos podem ser classificados com bens comuns, podendo, portanto, ser adquiridos por meio de processo licitatório na modalidade pregão.

- 4.2 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002; do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto 5.450, de 2005.

V. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 5.1 Dentre as recomendações voltadas para a sustentabilidade ambiental, a presente licitação observará também os seguintes critérios elencados na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012:
- 5.1.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2 (caso houver);
- 5.1.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares (caso houver);
- 5.1.3 Que os serviços apresentem, na medida do possível, as diretrizes sustentáveis estabelecidas art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, quais sejam: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência por materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra (caso houver);
- 5.1.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênol-polibromados (PBBs), éteres difênol-polibromados (PBDEs) (caso houver);
- 5.1.5 A comprovação do disposto neste item (da sustentabilidade) poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre as exigências do edital, conforme art. 7º e 8º do Decreto nº 7.746/2012.
- 5.2 O Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, cita no art. 18 que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos e embalagens, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, ficando estes responsáveis pela realização da Logística Reversa. Essa Logística é um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (caso houver).

- 5.3 A Licitante vencedora terá a responsabilidade pelo recolhimento dos materiais que por ventura forem utilizados e transformados em lixo, sendo de sua inteira responsabilidade a retirada desses materiais conforme previsto na legislação e normas ambientais para o tratamento, armazenamento, transporte e destinação do lixo ou resíduos hospitalares para os materiais compatíveis com o objeto desta licitação.
- 5.4 A Licitante vencedora, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora, deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário da contratação, entendido como aqueles produtos ou componentes eletrônicos em desuso e sujeitos à disposição final, para fins de sua destinação final ambientalmente.
- 5.5 Para os itens, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981 (caso se enquadre).
- 5.6 Os veículos automotores utilizados no fornecimento dos materiais deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986.

VI. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

- 6.1 O prazo de entrega será de **10 dias**, contados a partir do recebimento da **Nota de Empenho**.
- 6.2 Os materiais objeto desta licitação terão sua entrega coordenada, **exclusivamente, pelo ALMOXARIFADO CENTRAL**, que terá absoluta autonomia para distribuir e/ou fracionar a entrega nos diversos setores requisitantes dentro do Campus Universitário, localizado na Rod. BR 465 Km 07 – Seropédica/RJ.
- 6.2.1 **TODA E QUALQUER ENTREGA DEVERÁ** ser prévia e obrigatoriamente agendada, seja por Empresa Fornecedora ou Transportadora Contratada, de segunda à quinta-feira, de 08:00 às 11:00 horas e de 13:00 às 16:00 horas nos telefones (21) 3787-0052; 3787-3977, 2682-1070 ou 2682-2808 - Setor de Recepção.
- 6.3 No caso de ocorrência de motivo de força maior que venha a impossibilitar o cumprimento do referido prazo de entrega, a contratada deverá comunicar por escrito a UFRRJ tal ocorrência, através dos e-mails: almoxarifado_dmsa@ufrj.br ou cobranças_dmsa@ufrj.br. A comunicação da Contratada deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, na qual deverá informar os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a

devida comprovação e indicar uma nova data para entrega que não poderá ocorrer em prazo superior a 10 dias.

6.3.1 A CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas estabelecidas nesse Termo de Referência, caso não sejam respeitados os prazos estabelecidos no subitem anterior.

6.4 Todos os materiais deverão vir acondicionados em suas embalagens originais.

6.5 Todos os materiais de que trata esta licitação deverão obedecer às especificações constantes deste Edital e seus Anexos. Para os materiais de procedência estrangeira a empresa deverá apresentar nota de importação que comprove a legalidade da entrada do material no país.

6.6 O material deverá ser entregue acompanhado da nota fiscal correspondente, devidamente preenchida.

VII. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **5 (dias) dias úteis**, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta.

7.2 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, **reputar-se-á como realizada**, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.3 O recebimento será formalizado mediante recibo expedido pela Administração.

7.4 A Administração rejeitará os bens fornecidos em desacordo com o edital e seus anexos, através de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto.

7.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta, devendo ser **substituídos no prazo de 10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

VIII. DA GARANTIA DO PRODUTO

8.1 O período de Garantia deverá ser aquele estabelecido pelo fabricante do produto.

IX. DAS NORMAS DE QUALIDADE

9.1 As Normas a seguir serão aplicadas aos itens **27, 35, 39, 45, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 65, 66, 67, 84 e 89** deste Termo de Referência:

9.1.1 **ABNT NBR 6368:2011**: Esta norma estabelece o método para a determinação do índice de trabalhabilidade de refratários plásticos, pela medida da deformação do corpo de prova moldado, quando sujeito a impactos;

9.1.2 **ABNT NBR 5795:2011**: Esta Norma estabelece o método para a determinação de substâncias carbonizáveis em parafinas com ponto de fusão entre 47°C e 65°C;

9.1.3 **ABNT NBR 12498:2017**: Esta Norma estabelece os requisitos dimensionais e dos lotes de **madeira** serrada de coníferas provenientes de reflorestamento, para uso geral;

9.1.4 **ABNT NBR ISO 105-C07:2008**: Esta parte da ANBT NBR ISO 105 descreve método para determinação da solidez da cor à escovação a úmido de todos os tipos de têxteis tintos ou estampados de pigmentos;

9.1.5 **ABNT NBR 16120:2012**: Esta Norma estabelece diretrizes para nomenclatura da **borracha** natural brasileira, com base nos sistemas de classificação técnica e classificação visual;

9.2 São obrigações da Contratante:

9.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.2.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.2.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

9.3 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

X. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 10.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes, no que couber, a: **marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;**
 - 10.1.2 Quando couber, o objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
 - 10.1.3 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 10.1.4 Fornecer o material conforme especificação e preço registrados;
 - 10.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 10.1.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte e no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
 - 10.1.7 Ressarcir os eventuais prejuízos causados à UFRRJ e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
 - 10.1.8 Participar imediatamente, por intermédio do Gestor da Ata, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que inviabilize a execução deste Instrumento;
 - 10.1.9 Manter, durante a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 10.1.10 Apresentar, sempre que solicitado pelo gestor da ata, no prazo concedido no pedido, documentação referente às condições exigidas na licitação;
 - 10.1.11 Participar ao Gestor da Ata, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas em seus dados cadastrais, durante o prazo de vigência da Ata, apresentando a documentação pertinente;
 - 10.1.12 Efetuar o pagamento da multa prevista neste Termo de Referência que lhe seja aplicada por descumprimento de obrigações assumidas.

XI. DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA

11.1 São expressamente vedadas à Contratada:

11.1.1 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante, durante a vigência do contrato;

11.1.2 A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Contratante;

11.1.3 A subcontratação de outra empresa para a execução total ou parcial do objeto do contrato.

XII. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

XIII. CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

13.1.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.1.3 O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

XIV. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 14.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 14.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.5 Cometer fraude fiscal;
- 14.1.6 Não manter a proposta.

14.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2 **Multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento), em caso de inexecução parcial do objeto, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de inadimplência. Neste caso, a contratada deve adequar-se às exigências contratuais em até 5 dias corridos. Findo o prazo e mantendo-se os motivos que levaram à multa, o grau de severidade será elevado e a contratada estará sujeita à multa descrita no item abaixo;**

14.2.3 **Multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) calculada sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de inadimplência. Neste caso, a contratada deve adequar-se às exigências contratuais em até 5 dias corridos.**

14.2.3.1 Considera-se inexecução parcial do objeto o descumprimento do disposto no item 6.3 deste Termo de Referência.

14.2.3.2 Findo os prazos mencionados acima e mantendo-se os motivos que levaram à multa, a CONTRATADA ensejará na inexecução total do objeto e ficará sujeita à multa compensatória equivalente a 05% (cinco por cento) do valor adjudicado, rescisão contratual, e/ou cancelamento da ata de registro de preço, podendo ficar impedida de licitar e contratar com a União e ser descredenciada no SICAF por até 5 (cinco) anos.

14.2.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até dois anos;

14.2.5 Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002;

14.2.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a

penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

14.2.7 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a as empresas e os profissionais que:

14.2.7.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.2.7.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.2.7.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999:

14.4 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.5 A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela contratante;

14.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.8 O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

Seropédica – RJ, de de 201....

Equipe de Planejamento da Contratação	
Integrante Técnico	Integrante Requisitante
<p style="text-align: center;">Nome: Matrícula:</p>	<p style="text-align: center;">Nome: Matrícula:</p>

Aprovo o presente Termo de Referência e os seus demais anexos, sendo estes elaborados de acordo com a legislação vigente. Lembrando que a referida licitação está em consonância com a legislação pertinente, que autoriza a sua realização, em especial a Lei 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005 e a Lei 8.666/93.

Reginaldo Antunes dos Santos
Pró-reitor de Assuntos Financeiros



ANEXO II - DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2018

DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

NOME DA EMPRESA _____ **CNPJ** _____ **SEDE**
_____ **(endereço completo e telefone)**, declara, sob as penas da lei, que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas, de qualquer natureza, que incidam sobre o material objeto deste pregão, tais como: mão-de-obra, fretes, seguros, impostos e taxas em geral, conforme constante do Anexo I do referido Edital.

Nome, CPF e número da identidade do declarante

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS
DEPARTAMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS AUXILIARES
SEÇÃO DE PREGÃO

Rodovia BR 465, km 07– Seropédica /RJ; CEP: 23.897-000. Pavilhão Central, Sala 21 – Telefone/ FAX: (21) 2682-1241.
E-mail: pregao_dmsa@ufrj.br

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 65/2018**ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PROCESSO Nº 23083.033454/2017-46**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 000/201...
TERMO Nº: 000

VALIDADE: 12 MESES

Aos dias do mês de de, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com sede na BR 465, Km 07, Seropédica – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 29.427.465/0001-05, neste ato representado pelo Pró-Reitor de Assuntos Financeiros, Reginaldo Antunes dos Santos, nomeado pela Portaria nº 115/GR de 19 de fevereiro de 2018, publicada no D.O.U. de 20 de fevereiro de 2018, inscrito(a) no CPF sob o nº 713.234.907-44, portador(a) da Carteira de Identidade nº 052.622.05-7; Nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 7.892/13; do Decreto nº 3.555/00; do Decreto nº 5.450/05; do Decreto nº 3.722/01; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, e as demais normas legais correlatas; Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 65/2018**, conforme publicação no D.O.U em/...../..... e homologada pelo Pró-Reitor de Assuntos Financeiros; Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na, CEP, Telefone:, neste ato representada pelo(a) Sr(a)., portador(a) da Cédula de Identidade nº e CPF nº, cuja proposta foi vencedora no presente certame.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 O objeto desta Ata é o registro de preços para eventual aquisição de **Aquisição de Materiais de Artes Gráficas e Desenhos**, visando atender às necessidades da **UFRRJ**, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ FABRICANTE	QUANTIDADE		PREÇO UNITÁRIO
			ÓRGÃO GERENCIADOR (UFRRJ)	ÓRGÃO PARTICIPANTE (NOME ÓRGÃO)	

- 1.2 São registrados no CADASTRO DE RESERVA abaixo, nos termos do art. 11 do Decreto nº 7.892/13, os seguintes fornecedores que aceitaram cotar o fornecimento dos bens com preço igual ao do(s) vencedor(es) da licitação:

ITEM	DADOS DO FORNECEDOR	QUANTIDADE

- 1.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 2.1 O órgão gerenciador será a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 4.2 O preço registrado poderá ser revisto nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.
- 4.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
- 4.3.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- 4.3.2 Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;
- 4.3.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.

- 4.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 4.4.1 Convocar o fornecedor visando à negociação de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93, quando cabível, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;
 - 4.4.2 Caso inviável ou frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento (emissão da nota de empenho), sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
 - 4.4.3 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.
- 4.5 A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.
- 4.6 Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.
- 4.7 É vedado ao contratado interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.
- 4.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial da União, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 19 do Decreto 7.892/13.
- 4.9 É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.
- 4.10 Não cabe repactuação ou reajuste de preços da contratação.
- 4.11 Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

- 5.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

- 5.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 5.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 5.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 5.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 5.4.2 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 5.4.3 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 5.4.4 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 5.5 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.6 O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 5.6.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 5.6.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 5.6.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 5.6.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 5.7 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 5.8 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 5.8.1 por razão de interesse público; ou
- 5.8.2 a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

- 6.1 A contratação com o fornecedor registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente ata e será formalizada mediante **nota de empenho de despesa**, conforme

disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto nº 7.892/13.

- 6.2 Previamente à formalização de cada contratação, a UFRRJ realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.
- 6.3 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.
- 6.4 A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO

- 7.1 Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto no item 5.2 da cláusula quinta.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

- 8.1 As obrigações do contratante e da contratada são aquelas previstas, respectivamente, nas Seções “DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE” e “DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA” do edital e do termo de referência.

CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 9.1 Os bens serão recebidos na forma do item “DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO” do edital e do termo de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

- 10.1 O pagamento dar-se-á na forma do item “DO PAGAMENTO” do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 11.1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
- 11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

- 11.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1 A apuração e aplicação de sanções dar-se-á na forma da Seção “DAS SANÇÕES” do **Termo de Referência**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1 Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.
- 13.2 Integram o Edital, independentemente de transcrição, a Ata de Registro de Preços, o Termo de Referência e a proposta da empresa.
- 13.3 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 7.892/13, do Decreto nº 3.722/01, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.
- 13.4 Nos termos do art. 109, Inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil, é competente o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro, para dirimir questões relativas a presente Ata, não resolvidas na esfera administrativa.
- 13.5 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada **em ... (...) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).
- 13.5.1 Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso de certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 13.5;
- 13.6 Após homologado o resultado deste Pregão, a UFRRJ convocará a licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços, presencialmente, informando o local, data e hora, ou eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação.

Seropédica – RJ, de de 201....

Reginaldo Antunes dos Santos
Pró-Reitor de Assuntos
Financeiros

Sr. REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
NOME DA EMPRESA Ltda.



ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2018

PROPONENTE: _____

ENDEREÇO: _____

CNPJ: _____ **FONE/FAX:** _____

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 65/2018, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 5º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG (e suas demais atualizações).

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa se enquadre nesta condição (Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03 de dezembro de 2009; Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013 e Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27 de maio de 2013).

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ de _____ de 20__.

Nome: _____

RG/CPF: _____



ANEXO V – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

MODELO DE DECLARAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2018
PROCESSO Nº 23083.033454/2017-46

.....(Razão Social), inscrita no CNPJ sob o nº (MATRIZ)
....., por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a)..... portador(a) da
Carteira de Identidade - RG nº..... e do CPF
nº.....DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V,
art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da
Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, assim como assume
o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua
habilitação.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Em,de.....de 20....

.....
(Assinatura do representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

MODELO DE DECLARAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2018

PROCESSO Nº 23083.033454/2017-46

.....(razão social), inscrito no CNPJ n.º....., com sede na
 n.º....., cidade....., Estado....., por intermédio do seu(s) representante(s) legal(is),
 Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e inscrito no CPF/MF sob
 o n.º....., DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos
 para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar
 ocorrências posteriores.

.....

(Data)

.....

(Assinatura (s) do (s) representante (s) legal (is))